

BRZ ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 26.583.246/0001-27 - NIRE 31300116107

PÁGINA 1 DE 3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 - Contextualização Prévia
O objetivo do presente relatório é servir com transparência aos acionistas da BRZ ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A. ("BRZ" ou "Companhia"), demonstrando como a administração atuou, no exercício de 2020, para assegurar a continuidade do negócio no alcance dos melhores resultados para a Companhia. Sendo que o ano de 2020 foi marcado por uma pandemia de classe global sem precedentes e por inúmeras inundações de ativos do portfólio da Companhia.

2 - Ações inerentes à abstenção de opinião das Demonstrações Financeiras do exercício de 2018 e reflexos nos exercícios de 2019 e 2020
Acerca das recomendações da Auditoria Externa inerentes às Demonstrações Financeiras do exercício de 2018, o Conselho de Administração deliberou pela contratação da Auditoria Externa Baker Tilly para executar auditoria de Procedimentos Previamente Acordados (PPA) com o objetivo de avaliar e atender as recomendações indicadas.

Para realização dos procedimentos da Auditoria Externa no âmbito do PPA, a Administração solicitou aos acionistas da Companhia que enviassem os comprovantes das transações financeiras inerentes aos aportes de capital, adiantamentos para futuro aumento de capital e mútuos, realizados na BRZ e suas Controladas no período de 2011 a 2018 diretamente para a Auditoria Externa, bem como os comprovantes de compras e venda de ações realizadas no período quando aplicável.

O relatório de Procedimentos Previamente Acordados (PPA) foi emitido com constatações que estão descritas nas Notas Explicativas do Relatório de Opinião do referido exercício, dentre elas:

(i) Ausência de comprovação financeira nos aportes de capital;
(ii) Ausência de comprovação financeira nos aportes referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital na controlada Alegre Energia;
(iii) Devoluções de recursos financeiros (AFAC) sem a devida autorização através da controlada Alegre Energia;
(iv) Transações contábeis entre partes relacionadas sem comprovações financeiras na controlada Alegre Energia; e
(v) Movimentação de recursos financeiros entre partes relacionadas sem a devida autorização na controlada Alegre Energia.

Conforme destacado pela Auditoria Externa, a não apresentação das documentações e comprovantes financeiros dos aportes de capital das sociedades Controladas desqualifica o processo de reestruturação societária da Companhia, evidenciando possíveis erros e fraudes durante a sua classificação, identificação e contabilização dos efeitos patrimoniais da Companhia, além de poder gerar questionamentos dos acionistas e dos órgãos fiscalizadores.

Assim sendo, a recomendação da Auditoria Externa, diante desse contexto, foi que a Administração da Companhia, mais uma vez solicitasse aos Acionistas falantes, toda a documentação comprobatória que suportou os registros contábeis do Patrimônio Líquido das sociedades Controladas e da Controladora e que, caso não fossem fornecidos os registros do Capital Social acompanhados dos comprovantes financeiros dos aportes, estes deveriam ser desqualificados para que as demonstrações financeiras pudessem refletir o efetivo valor do Capital Social de cada uma das sociedades, para os devidos efeitos societários.

Assim, o Conselho de Administração, por maioria, recomendou que fossem autorizadas as providências e a prática dos atos contábeis necessários à correção de todas as irregularidades apuradas e relacionadas pela Auditoria, a fim de o balanço e as demonstrações financeiras espelhem fielmente a realidade patrimonial da empresa perante si mesma, os acionistas e os terceiros que com ela se relacionam, submetendo-os à deliberação da Assembleia Geral.

Neste sentido, a Administração registrou em 01 de janeiro de 2019 estimativas contábeis em contas de compensação como ativos e provisões contábeis não contingentes, como forma de demonstrar os valores de capital não comprovados que serviram de base para a integralização de capital ocorrida em agosto de 2018. A Administração revisa de forma contínua as estimativas registradas, apoiada nas tratativas jurídicas e eventos societários subsequentes ao exercício de 2019 e 2020.

Isso tornou o refinanciamento das demonstrações financeiras extremamente desafiador, complexo e extenso, requerendo trabalho minucioso, abrangente e rigoroso. Sendo que buscamos, em todas as etapas do refinanciamento, adotar as melhores práticas, mesmo ainda tendo muito o que ajustar para que a Companhia tenha efetivamente reflexo verdadeiro de sua posição patrimonial.

Na sequência, fomos listados, pela Auditoria Externa Mattoso Auditores Independentes & Associados, no exercício de 2020, basicamente as mesmas constatações que a Auditoria Externa Baker Tilly Brasil inereente ao exercício de 2018 e 2019, bem como das constatações do PPA, realizado pela Auditoria Baker Tilly Brasil inereente ao exercício de 2018, sendo que a Companhia é a maior interessada na solução e correção de suas irregularidades constatadas.

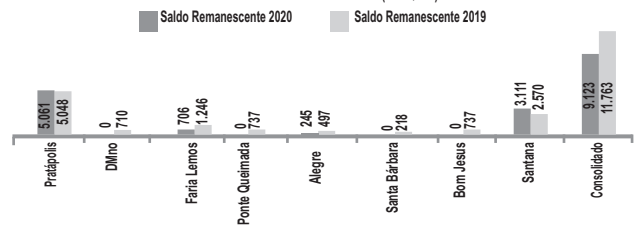
(i) **Deficiência de controles dos ativos que compõem o Imobilizado das empresas Controladas**
Conforme apresentado pela Auditoria Externa, corroborando com o exposto pela Auditoria Externa Baker Tilly Brasil referente aos exercícios de 2018 e 2019, há deficiências de controles dos ativos das empresas Controladas, que afetam a existência e a totalidade dos saldos da referida rubrica em 31 de dezembro de 2020.

(ii) **Inadequado método de remuneração de Capital Social quando apurado**
De acordo com a Auditoria Externa, corroborando com o exposto pela Auditoria Externa Baker Tilly Brasil referente aos exercícios de 2018 e 2019, o método de correção monetária constante nas Demonstrações Financeiras de 2020 não está em conformidade com as práticas contábeis e com os dispositivos na Lei 9.249/95.

(iii) **Ausência de evidências que comprovam as transações financeiras e aportes de recursos nas modalidades de integralização de capital e adiantamento para futuro aumento de capital nas empresas Controladas**
Conforme apresentado pela Auditoria Externa, há registros contábeis nas Demonstrações Financeiras da Companhia que contemplam saldos de débitos e créditos com partes relacionadas reconhecidos pela Administração no Balanço Patrimonial que necessitam ser comprovados por seus Acionistas, que montam o valor de R\$ 1.247.036,00 e R\$ 10.928.070,00. Desde então, a Administração da Companhia, assim como o Conselho de Administração e Assembleia, vêm trabalhando exaustivamente para resolver todas as circunstâncias apuradas, a fim de que, o patrimônio das Sociedades Controladas e Controladora reflita, fielmente, sua realidade patrimonial, perante si mesma, a seus Acionistas, Administradores e aos terceiros que com ela se relacionam.

A Receita Bruta do ano de 2020 alcançou o montante de R\$ 11.091.159,00, o que representou redução de 21,32 % se comparado ao ano de 2019 e redução de 7,86 %, quando comparado ao ano de 2018. Encerrou o ano de 2020 com caixa consolidado no montante de R\$ 2.068.944,97. O endividamento, ante o saldo devedor de R\$ 11.762.823,00 ao final do ano de 2019, encerrou o ano de 2020 no montante de R\$ 9.123.864,00.

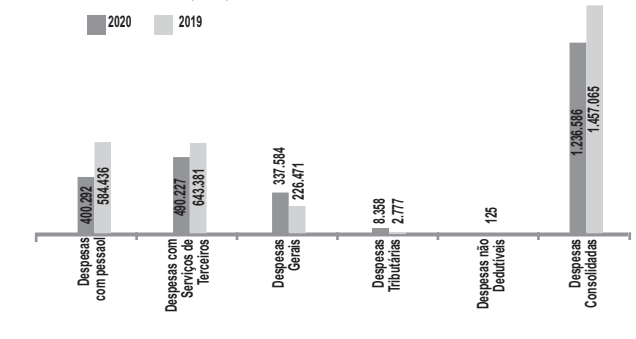
Endividamento - Base 2020 e 2019 (em R\$ mil)



Os referidos resultados foram expressivos, considerando o difícil período enfrentado no exercício de 2020, ocasionados por uma pandemia global e pela inundações totais da CGH Faria Lemos e CGH Santana, bem como pela inundações parciais da CGH Divino e, ainda, pelo alto endividamento da Companhia.

| Resultado Anual | 2020 | 2019 | Variação |
|-----------------------------------|------------------|-------------------|----------------|
| EBITDA | 6.883.220 | 10.135.789 | -32,09% |
| IRPJ/CSLL | (896.213) | (1.220.539) | -26,57% |
| Fluxo Operacional de Caixa | 5.987.006 | 8.915.250 | -32,85% |
| Holding | (1.457.065) | (1.215.282) | 19,90% |
| Financiamento | (4.422.627) | (6.554.510) | -32,53% |
| Resultado | 107.315 | 1.145.458 | - |

DESPESAS HOLDING CONSOLIDADAS BASE 2020 E 2019 (em R\$)



A CGH Pratapolis celebrou contrato de financiamento em dezembro de 2019, junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG para implantação da 2ª etapa das Obras de sua Linha de Transmissão, modalidade BDMG Sustentabilidade, com prazo de 72 meses, taxa de juros de 4,30% a.a. e 12 meses de carência com cobrança de juros trimestrais neste período. Ao término do exercício de 2019 foi aprovada também junto ao BDMG, linha de crédito denominada BNDES Automático Pro-CDD, destinada ao refinanciamento do saldo devedor do financiamento utilizado na implantação da CGH. As liquidações antecipadas ocorreram em fevereiro e maio de 2020, através da referida linha de crédito que possui taxa de juros de 4,75% a.a. acrescidos de Fator TLP de 1,79%, com prazo de 72 meses e 12 meses de carência.

Os desembolsos do financiamento para implantação da CGH Santana ocorreram a partir de junho de 2019 até maio de 2020, operações realizadas junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG, modalidades BNDES Automático e Finame, com taxa de juros de 5,48% a.a. acrescidos de Fator TLP de 2,67%, com prazo de 96 meses e 24 meses de carência, com cobrança de juros trimestrais neste período. Em novembro de 2020 foram finalizados os contratos de financiamentos da CGH Bom Jesus, Ponte Queimada e Santa Bárbara e em dezembro de 2020 findou o contrato de financiamento da CGH Divino, todos liquidados junto ao Banco Itaú S.A..

| Financiamento dos Investimentos | Ano Aprovação | Ano Desembolso | Valor Contratado (em R\$) | Taxa de Juros (%) | Prazo Total |
|---------------------------------|---------------|----------------|---------------------------|------------------------|------------------------------|
| Santana | 2019 | 2019 | 658.410 | 5,48% a.a. + 2,67% TLP | 96 meses (carência 24 meses) |
| Pratapolis | 2019 | 2020 | 4.500.000 | 4,75% a.a. + 1,79% TLP | 72 meses (carência 12 meses) |

3 - Resultados da Companhia em 2020
Após a virada de chave dos negócios da Companhia a partir do final de 2017, o ano de 2020 iniciou com a Companhia se consolidando como um dos grandes players do mercado de Geração Distribuída, sendo possível atestar e consolidar a Companhia com um crescimento robusto através dos resultados financeiros alcançados, mesmo diante de uma pandemia global que comprou no início do exercício e que afetou direta e indiretamente todos os setores e economias mundiais, e com as inúmeras inundações de seus ativos.

| Dados Financeiros Consolidados (Em R\$) | 31/12/2020 | Varição (%) | 01/01/2020 | Varição (%) | 31/12/2019 |
|---|-------------------|----------------|-------------------|--------------|-------------------|
| Receita Bruta Geração Distribuída | 9.078.385 | -22,06% | 11.648.178 | 0,00% | 11.648.178 |
| Receita Bruta Mercado Livre | 2.012.774 | -17,82% | 2.449.124 | 0,00% | 2.448.124 |
| Receita Bruta Total | 11.091.159 | -21,32% | 14.097.302 | 0,00% | 14.097.302 |
| Receita Líquida Total | 10.282.839 | -24,22% | 13.568.593 | 0,00% | 13.568.593 |
| Custos e Despesas Operacionais | 3.399.619 | -0,97% | 3.432.804 | 0,00% | 3.432.804 |
| EBITDA | 6.883.220 | -32,09% | 10.135.789 | 0,00% | 10.135.789 |
| Margem EBITDA | 66,34% | - | 74,70% | 0,00% | 74,70% |
| Lucro Líquido Controladas | 3.754.485 | -38,20% | 6.075.196 | 0,00% | 6.075.196 |
| Lucro Líquido Controladora | 2.292.412 | -52,60% | 4.836.092 | 0,00% | 4.836.092 |

| BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em R\$) | | | | | |
|---|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| ATIVO | Notas Explicativas | Controladora | | Consolidado | |
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 285.098 | 84.924 | 2.071.945 | 1.617.567 |
| Contas a receber | 5 | - | - | 2.116.501 | 2.469.307 |
| Partes relacionadas | 6 | 664.512 | 768.729 | 14.881 | 60.374 |
| Adiantamentos concedidos | - | - | 5.572 | 149.990 | 114.231 |
| Tributos a recuperar | 7 | 785 | 1.074 | 23.175 | 16.339 |
| Outros ativos | 12 | 40.627 | 61.231 | 31.285 | 40.627 |
| | | 950.408 | 900.926 | 4.407.777 | 4.318.439 |
| Não circulante | | | | | |
| Investimentos | 8 | 59.381.137 | 57.975.574 | - | - |
| Projetos em andamento | 9 | 366.492 | 366.492 | 366.492 | 366.492 |
| Adiantamento p/ futuro aumento de capital | 10 | 6.684.801 | 5.622.601 | 6.684.801 | 5.622.601 |
| Créditos com partes relacionadas | 7 | 5.110.725 | 5.110.813 | 5.162.066 | 16.090.312 |
| | | 11.543.156 | 69.075.480 | 12.213.359 | 22.079.405 |
| Imobilizado | 11 | 60.366 | 80.382 | 72.990.672 | 70.636.793 |
| Intangível | 12 | 23.525 | 21.371 | 23.525 | 21.371 |
| | | 83.891 | 101.753 | 73.014.197 | 70.658.164 |
| Total do ativo | | 72.577.454 | 70.078.159 | 89.635.333 | 97.056.008 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| PASSIVO | | | | | |
|--|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Notas Explicativas | Controladora | | Consolidado | |
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 13 | - | - | 601.923 | 4.998.033 |
| Fornecedores | 14 | 8.038 | 7.838 | 799.708 | 1.097.210 |
| Partes relacionadas | 6 | 3.609.900 | 3.561.900 | - | 131.078 |
| Obrigações tributárias | 15 | 4.712 | 3.844 | 589.032 | 651.117 |
| Obrigações sociais | - | 87.289 | 58.156 | 87.289 | 58.156 |
| Outras exigibilidades | - | 388 | 2.784 | 3.222.976 | 92.931 |
| | | 3.710.327 | 3.634.522 | 5.300.928 | 7.028.525 |
| Não circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 13 | - | - | 8.521.941 | 6.764.790 |
| Adiantamento p/ futuro aumento de capital | - | 8.865.687 | 6.196.320 | 15.550.488 | 11.818.921 |
| Débitos com partes relacionadas | 7 | - | 2.669.367 | 670 | 13.605.957 |
| | | 8.865.687 | 8.865.687 | 24.073.100 | 32.189.668 |
| | | 12.576.014 | 12.500.209 | 29.374.028 | 39.218.193 |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 16.1 | 48.952.676 | 48.952.676 | 48.952.676 | 48.952.676 |
| Reserva de lucros | 16.2 | 11.048.764 | 8.625.274 | 11.048.764 | 8.625.274 |
| Atribuível à controladora | | 60.001.440 | 57.577.950 | 60.001.440 | 57.577.950 |
| Participação de não controladores | - | - | - | 259.865 | 259.865 |
| Total do patrimônio líquido | | 60.001.440 | 57.577.950 | 60.261.305 | 57.837.815 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 72.577.454 | 70.078.159 | 89.635.333 | 97.056.008 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em R\$) | | | | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------------------|-------------------|
| Composição | Capital Social | Reserva de Lucros | Lucros (Prejuízos) Acumulados | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 200.000 | (797.487) | - | (597.487) |
| Ajustes de exercícios anteriores | - | 5.526.567 | - | 5.526.567 |
| Subscrição de ações | 48.752.676 | - | - | 48.752.676 |
| Resultado do exercício | - | - | (1.232.864) | (1.232.864) |
| Constituição de reservas de lucros | - | (1.232.864) | 1.232.864 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 representado | 48.952.676 | 3.496.216 | - | 52.448.892 |
| Resultado do exercício | - | - | 4.836.092 | 4.836.092 |
| Ajustes reflexo resultado | - | 292.966 | - | 292.966 |
| Constituição de reservas de lucros | - | 4.836.092 | (4.836.092) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 48.952.676 | 8.625.274 | - | 57.577.950 |
| Resultado do exercício | - | - | 2.292.412 | 2.292.412 |
| Ajustes reflexo resultado | - | 131.078 | - | 131.078 |
| Constituição de reservas de lucros | - | 2.292.412 | (2.292.412) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 48.952.676 | 11.048.764 | - | 60.001.440 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em R\$) | | | | | | |
|--|---|-------------------|-------------------------------|---------------------|-----------------------------------|-----------------------------|
| | Atribuível aos acionistas controladores | | | | | |
| | Capital Social | Reserva de Lucros | Lucros (Prejuízos) Acumulados | Total Controladores | Participação de Não Controladores | Total do Patrimônio Líquido |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 200.000 | (797.487) | - | (597.487) | - | (597.487) |
| Ajustes de exercícios anteriores | - | 5.526.567 | - | 5.526.567 | - | 5.526.567 |
| Subscrição de ações | 48.752.676 | - | - | 48.752.676 | - | 48.752.676 |
| Resultado do exercício | - | - | (1.232.864) | (1.232.864) | - | (1,232.864) |
| Constituição de reservas de lucros | - | (1,232.864) | 1,232.864 | - | - | - |
| Participação dos não controladores | - | - | - | - | 827.297 | 827.297 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 Representado | 48.952.676 | 3.496.216 | - | 52.448.892 | 827.297 | 53.276.189 |
| Resultado do exercício | - | - | 4.836.092 | 4.836.092 | - | 4.836.092 |
| Ajustes reflexo resultado | - | 292.966 | - | 292.966 | 259.865 | 552.831 |
| Constituição de reservas de lucros | - | 4.836.092 | (4.836.092) | - | - | - |
| Reversão participação dos não controladores | - | - | - | - | (827.297) | (827.297) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 48.952.676 | 8.625.274 | - | 57.577.950 | 259.865 | 57.837.815 |
| Resultado do exercício | - | - | 2.292.412 | 2.292.412 | - | 2.292.412 |
| Ajustes reflexo resultado | - | 131.078 | - | 131.078 | - | 131.078 |
| Constituição de reservas de lucros | - | 2.292.412 | (2.292.412) | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 48.952.676 | 11.048.764 | - | 60.001.440 | 259.865 | 60.261.305 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Investimentos em Sociedades Controladas

Em 2020 foram realizados investimentos na implantação de novos projetos conforme demonstrado abaixo:

BRZ ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 26.583.246/0001-27 - NIRE 31300116107

PÁGINA 2 DE 3

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRZ Energia Participações S.A. ("Controladora"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 22 de novembro de 2016, com sede no município de Belo Horizonte/MG, tendo como objeto social a participação em sociedades empresárias direta ou indiretamente relacionadas ao setor elétrico. Conseqüentemente estuda, planeja, projeta, constrói e opera sistemas de produção e transmissão de energia elétrica, por meio de Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH's) e/ou projetos de geração de energia renovável ("Controladas"). As Controladas em operação comercial, classificadas na categoria de CGH's, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas comunicar ao poder concedente, conforme Lei 9.074 de julho de 1995 e alterações.

No exercício de 2019, a Controladora concluiu a aquisição do controle acionário total da Faria Lemos Energia S.A.; bem como integralizou participação societária na Paquequer Energia Ltda., projeto de geração de energia, possuindo controle direto em sua gestão.

O quadro de Controladas em 31 de dezembro de 2020, pode ser assim demonstrado:

| Controlada | Mercado de atuação | Percentual Participação Controladora | Percentual Participação Não Controladores |
|-----------------------------|---------------------|--------------------------------------|---|
| Alegre Energia S.A. | Geração Distribuída | 100,00% | - |
| Bom Jesus Energia S.A. | Mercado Livre | 100,00% | - |
| Divino Energia Ltda. | Geração Distribuída | 100,00% | - |
| Embaúba Energia S.A. | - | 100,00% | - |
| Faria Lemos Energia S.A. | Geração Distribuída | 100,00% | - |
| Paquequer Energia Ltda. | - | 37,51% | 62,49% |
| Ponte Queimada Energia S.A. | Geração Distribuída | 100,00% | - |
| Pratápolis Energia S.A. | Geração Distribuída | 100,00% | - |
| Santa Bárbara Energia S.A. | Mercado Livre | 100,00% | - |
| Santana Energia S.A. | - | 100,00% | - |
| Três Estados Energia S.A. | - | 100,00% | - |

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras são elaboradas tendo como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A contratação da auditoria independente das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi aprovada pela Administração em 27/09/2024.

a) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração exerça julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As estimativas constantes nestas demonstrações podem resultar em valores diferentes nos saldos das rubricas capital social, adiantamento para futuro aumento de capital, investimentos, resultado de equivalência patrimonial e do patrimônio líquido. A Controladora revisa anualmente essas estimativas contábeis seguindo os eventos societários e jurídicos subsequentes.

b) Continuidade

A Administração considera que a Controladora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no que diz respeito à geração de caixa produzida pelas atividades operacionais das Controladas. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras realizadas possuem características de reversibilidade imediata, sem restrição de uso, em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c.1) Caixa e bancos

Compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista com risco muito baixo de mudança de valor. Os itens de caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo posteriormente avaliados pelo custo amortizado com base na taxa de juros efetiva da operação.

c.2) Aplicações financeiras

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos, deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

d) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados nas Controladas como parte dos investimentos das imobilizações em andamento para a constituição de um novo ativo de geração de energia ou melhorias no ativo já existente. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido, na operação das Controladas. Quando se tratar de melhorias de imobilizado, a depreciação inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos ativos imobilizados anteriormente. Para novos ativos, quando da sua entrada em operação comercial, a depreciação passa a ser apropriada. As Controladas utilizam o método e as taxas de depreciação para os itens ligados à operação de geração de energia elétrica, conforme normas definidas pelo órgão regulador do setor "Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL".

Para o imobilizado da Controladora, emprega-se o método de depreciação linear definido com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo e na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A avaliação da vida útil estimada dos ativos e a análise de eventual redução ao valor recuperável dos ativos das Controladas não foi revisada.

e) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são valores a pagar pela compra de materiais e/ou serviços. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, as contas a pagar são classificadas no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante.

f) Reconhecimento das receitas

A receita operacional é advinda das atividades das Controladas em operação comercial e apurada em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, mensurada pelo valor justo e apropriada em consonância ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

As receitas oriundas do fornecimento de energia elétrica, via Mercado Livre e Geração Distribuída, na modalidade de arrendamento operacional mercantil, são registradas com base na energia gerada entregue ou injetada/consumida, de acordo com o preço vigente no mercado ou termos contratuais firmados. Os contratos de arrendamentos operacionais realizados pelas Controladas na qualidade de arrendadoras, são reconhecidos conforme a NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil, considerando em evidência os itens 81 e 83 da referida norma.

g) Imposto de renda e contribuição social

A Controladora e suas Controladas têm o imposto de renda e a contribuição social provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, adotando a sistemática do Lucro Presumido.

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As políticas contábeis das Controladas são aplicadas de maneira uniforme às utilizadas pela Controladora e são consistentes com as do exercício anterior, cujo exercício social coincide com o da Controladora.

3.1) Controladas

As demonstrações financeiras das Controladas são consolidadas a partir da data efetiva do início do controle, até a data em que o controle deixar de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações das Controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

3.2) Participação de acionistas não controladores

A participação de não controladores na BRZ Energia Participações S.A. é registrada conforme participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da investida, na data de sua aquisição.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão representados da seguinte forma:

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|----------------|---------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Caixa | 3.000 | 2.855 | 3.000 | 2.855 |
| Bancos Conta Movimento | | | | |
| Banco Itaú S.A. | 10 | 10 | 120 | 10.736 |
| Banco Mercantil do Brasil S.A. | 46.225 | 100 | 46.225 | 100 |
| Banco Bradesco S.A. | - | - | 16.987 | 1.326 |
| Banco Votorantim S.A. | - | - | 10.642 | - |
| Banco do Brasil S.A. | - | - | 1.250 | 1.250 |
| Banco Cooperativo do Brasil S.A. | - | - | 1.100 | - |
| Aplicações Financeiras | | | | |
| Banco Itaú S.A. | 91.476 | 81.959 | 1.834.034 | 1.579.285 |
| Banco Mercantil do Brasil S.A. | 144.388 | - | 144.388 | - |
| Banco Santander S.A. | - | - | 8.432 | 13.129 |
| Banco do Brasil S.A. | - | - | 5.769 | 8.880 |
| | 285.098 | 84.924 | 2.071.945 | 1.617.561 |

Compreendem, além de depósitos bancários à vista em contas correntes, aplicações financeiras em renda fixa de perfil conservador, pós fixados, em CDB's de grandes bancos com remuneração vinculada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito.

5. CONTAS A RECEBER

Os saldos de contas a receber consolidados estão apresentados conforme a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Faturado | - | - | 489.409 | 452.838 |
| Não Faturado | | | | |
| Clientes a Faturar | - | - | 1.246.204 | 2.013.581 |
| Mercado de Curto Prazo | | | | |
| | - | - | 380.888 | 2.888 |
| | 2.116.501 | 2.116.501 | 2.469.307 | 2.469.307 |

Contas a receber são registradas de acordo com o método de competência, mantidas na conta de Clientes a Faturar, geralmente, até o mês subsequente, quando ocorre seu faturamento pelo valor igual ou superior que o reconhecido no mês de apropriação.

Em 31 de dezembro de 2019, as Controladas Bom Jesus Energia S.A. e Ponte Queimada Energia S.A. possuem contas a receber cedidas em garantia de empréstimos no Banco Itaú S.A.. Em 31 de dezembro de 2020, as garantias e os empréstimos citados encontram-se devidamente quitados.

6. PARTES RELACIONADAS - CIRCULANTE

Os saldos de partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|------------------|------------------|---------------|----------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Ativo Circulante | | | | |
| Conta Corrente - Acionistas | 89 | 60.374 | 14.881 | 60.374 |
| Conta Corrente - Controladas | 664.423 | 708.355 | - | - |
| | 664.512 | 768.729 | 14.881 | 60.374 |
| Passivo Circulante | | | | |
| Conta Corrente - Acionistas | - | - | - | 131.078 |
| Conta Corrente - Controladas | 3.609.900 | 3.561.900 | - | - |
| | 3.609.900 | 3.561.900 | - | 131.078 |

As contas correntes são criadas quando a Controladora disponibiliza recursos financeiros e/ou constitui crédito líquido e certo em face de suas Controladas, podendo existir apenas uma conta corrente entre a Controladora e cada uma das sociedades Controladas. Todas as operações realizadas nas contas correntes são registradas na contabilidade da Controladora e das Controladas, a fim de que sejam quantificadas, conciliadas e compensadas, até o limite possível, dos créditos de cada uma.

As remessas recíprocas de valores não possuem data definida de vencimento para serem liquidadas pelas companhias, sendo facultada a realização de operações sucessivas e recíprocas de constituição de crédito. Não são cobrados juros ou qualquer tipo de remuneração sobre os créditos de uma companhia em face de outra, nem tampouco incidir qualquer índice de correção monetária sobre tais créditos.

Em 2019, o saldo na rubrica Conta Corrente - Acionistas no valor de R\$ 60.374,00, registrado no Ativo Circulante da Controladora foi quitado em março de 2020. O saldo na rubrica Conta Corrente - Acionistas, apresentado no exercício de 2019 na Controlada Faria Lemos, no valor de R\$ 131.078,00, foi reconhecido no exercício de 2020 na rubrica Ajustes de Exercícios Anteriores.

7. CRÉDITOS E DÉBITOS COM PARTES RELACIONADAS - NÃO CIRCULANTE

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Ativo Não Circulante | | | | |
| Créditos com partes relacionadas - Acionistas | 5.110.725 | 5.110.813 | 5.110.725 | 5.110.813 |
| Créditos com partes relacionadas - Controladas | - | - | - | 10.979.499 |
| Créditos com partes relacionadas - Outros | - | - | 51.340 | - |
| | 5.110.725 | 5.110.813 | 5.162.066 | 16.090.312 |
| Passivo Não Circulante | | | | |
| Débitos com partes relacionadas - Acionistas | - | 2.669.367 | 670 | 2.669.367 |
| Débitos com partes relacionadas - Controladas | - | - | - | 10.936.590 |
| | - | 2.669.367 | 670 | 13.605.957 |

8. INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos está discriminada conforme a seguir:

| Nome do Investimento | Tipo de Investimento | Percentual de Participação Controladora | Percentual de Participação Não Controladores |
|-----------------------------|----------------------|---|--|
| | | | |
| Bom Jesus Energia S.A. | Controlada | 100% | - |
| Divino Energia Ltda. | Controlada | 100% | - |
| Embaúba Energia S.A. | Controlada | 100% | - |
| Faria Lemos Energia S.A. | Controlada | 100% | - |
| Paquequer Energia Ltda. | Controlada | 37,51% | 62,49% |
| Ponte Queimada Energia S.A. | Controlada | 100% | - |
| Pratápolis Energia S.A. | Controlada | 100% | - |
| Santa Bárbara Energia S.A. | Controlada | 100% | - |
| Santana Energia S.A. | Controlada | 100% | - |
| Três Estados Energia S.A. | Controlada | 100% | - |

Movimentação dos Investimentos

| Nome do Investimento | Saldo em 31/12/2019 | Resultado da Equivalência Patrimonial | | Dividendos Distribuídos | Saldo em 31/12/2020 |
|-----------------------------|---------------------|---------------------------------------|----------------|-------------------------|---------------------|
| | | Reclassificação | Reclamações | | |
| Alegre Energia S.A. | 6.606.343 | 831.214 | - | (630.500) | 6.807.057 |
| Bom Jesus Energia S.A. | 5.846.331 | (220.230) | - | - | 5.626.101 |
| Divino Energia Ltda. | 7.546.872 | 758.217 | - | (403.500) | 7.901.589 |
| Embaúba Energia S.A. | 1.877.126 | - | - | - | 1.877.126 |
| Faria Lemos Energia S.A. | 8.987.698 | 405.484 | 131.078 | (250.000) | 9.274.260 |
| Paquequer Energia Ltda. | 156.000 | - | - | - | 156.000 |
| Ponte Queimada Energia S.A. | 7.094.086 | 693.892 | - | (131.000) | 7.656.978 |
| Pratápolis Energia S.A. | 6.872.219 | 742.256 | - | (658.000) | 6.956.475 |
| Santa Bárbara Energia S.A. | 6.460.160 | 543.652 | - | (407.000) | 6.596.812 |
| Santana Energia S.A. | 5.613.526 | - | - | - | 5.613.526 |
| Três Estados Energia S.A. | 915.212 | - | - | - | 915.212 |
| | 57.975.574 | 3.754.485 | 131.078 | (2.480.000) | 59.381.137 |

Em fevereiro de 2019 foi constituída a Controlada Paquequer Energia Ltda. com 37,51% de participação da BRZ Energia Participações S.A., com a integralização parcial do saldo constante na conta de Aquisição de Investimentos - Estudos de Viabilidade - CGH Paquequer.

Em março de 2019, a Controladora finalizou o processo de aquisição da totalidade das ações da CGH Faria Lemos Energia S.A., registrando em seu investimento o valor residual de equivalência patrimonial de R\$ 189.988,00 e deságio residual no valor de R\$ 102.978,00, em contrapartida ao seu resultado. No exercício de 2020 registrou-se o resultado da equivalência patrimonial correspondente a R\$ 3.754.486 (R\$ 6.075.197 em 2019), bem como os valores distribuídos de dividendos à Controladora no valor de R\$ 2.480.000 (R\$ 3.472.200 em 2019).

9. PROJETOS EM ANDAMENTO

A composição dos projetos em andamento é demonstrada da seguinte forma:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Projeto Térmica São Judas - Estudo de viabilidade | 164.139 | 164.139 | 164.139 | 164.139 |
| CGH Paquequer Energia S.A. - Estudo de viabilidade | 202.353 | 202.353 | 202.353 | 202.353 |
| | 366.492 | 366.492 | 366.492 | 366.492 |

Os investimentos classificados em projetos em andamento referem-se aos estudos iniciais realizados pela Controladora para analisar a viabilidade técnica-econômica-financeira de projetos. As análises dos projetos Ubá, Rio Alegre e Sumidouro não apresentaram exequibilidade de implantação e foram apropriados nas despesas da Controladora em 2019.

Tais estudos quando favoráveis às estratégias da Controladora, são apresentados ao seu Conselho de Administração para decisão de futuros investimentos.

10. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO CAPITAL - AFAC

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Ativo Não Circulante | | | | |
| Bom Jesus Energia S.A. | 1.066.900 | 1.066.900 | 1.066.900 | 1.066.900 |
| Embaúba Energia S.A. | 117.800 | 80.300 | 117.800 | 80.300 |
| Paquequer Energia S.A. | 6.000 | 4.000 | 6.000 | 4.000 |
| Pratápolis Energia S.A. | 4.011.156 | 4.011.156 | 4.011.156 | 4.011.156 |
| Santana Energia S.A. | 1.452.345 | 435.345 | 1.452.345 | 435.345 |
| Três Estados Energia S.A. | 30.600 | 24.900 | 30.600 | 24.900 |
| | 6.684.801 | 5.622.601 | 6.684.801 | 5.622.601 |

Os recursos adiantados pela Controladora são irreversíveis e destinam-se exclusivamente ao aumento de capital de suas Controladas.

11. IMOBILIZADO

11.1 Movimentação do exercício 2020

| Controladora | Imobilizado | Terrenos | Equipamentos de Computação | Máquinas e Equipamentos | Móveis e Utensílios | Total |
|--------------|-----------------------------------|----------|----------------------------|-------------------------|---------------------|----------|
| | | | | | | |
| | Saldo em 31 de dezembro de 2019 | - | 36.195 | 2.880 | 76.381 | 115.456 |
| | Aquisições do período | - | - | - | 1.368 | 1.368 |
| | Baixas | - | (7.004) | - | - | (7.004) |
| | Saldo em 31 de dezembro de 2020 | - | 29.192 | 2.880 | 77.749 | 109.820 |
| | Depreciação acumulada | Terrenos | Equipamentos de Computação | Máquinas e Equipamentos | Móveis e Utensílios | Total |
| | Saldo em 31 de dezembro de 2019 | - | (13.380) | (718) | (20.976) | (35.074) |
| | Depreciação anual | - | (6.422) | (288) | (7.670) | (14.380) |
| | Saldo em 31 de dezembro de 2020 | - | (19.802) | (1.006) | (28.646) | (49.454) |
| | Líquido em 31 de dezembro de 2020 | - | 9.390 | 1.874 | 49.102 | 60.366 |

Consolidado

| Imobilizado Usinas | Terrenos | Equipamentos de Computação | Máquinas e Equipamentos | Móveis e Utensílios | Reservas e Aduloras | Benefícios e Bonificações | Edificações | Obras Civis e Benfeitorias | Imobilizado em andamento | Total |
|--------------------|----------|----------------------------|-------------------------|---------------------|---------------------|---------------------------|-------------|----------------------------|--------------------------|-------|
| | | | | | | | | | | |

BRZ ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 26.583.246/0001-27 - NIRE 31300116107

PÁGINA 3 DE 3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em R\$)

A participação de não controladores corresponde ao percentual do Patrimônio Líquido da Controlada Partecipante pertencente à sócia Conceitual Participações Ltda..

16.3 Reserva Legal

A reserva legal em 31 de dezembro de 2020 está discriminada conforme a seguir:

| | Controladora | |
|------------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Resultado do exercício | 2.292.412 | 5.129.058 |
| Reserva legal | (114.621) | (256.453) |
| | 2.177.791 | 4.872.605 |

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido, conforme previsto no Estatuto da BRZ Energia Participações S.A. limitada a 20% do capital social.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Receita de Operações - Geração Distribuída | - | - | 8.670.244 | 11.648.178 |
| Receita de Operações - Mercado Livre | - | - | 2.012.774 | 2.449.124 |
| Tributos sobre a receita | - | - | (400.179) | (528.709) |
| | | | 10.282.839 | 13.568.593 |

Em março de 2019, a receita operacional de Geração Distribuída teve incluído da CGH's Pratópolis que iniciou sua operação comercial.

A receita operacional líquida consolidada foi obtida das operações de cinco CGHs atuantes no mercado de Geração Distribuída, e advinda das operações de duas CGH's que comercializaram energia no Mercado Livre.

Os tributos apropriados sobre a receita operacional bruta foram: Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

18. CUSTOS OPERACIONAIS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Compra de energia elétrica para revenda | - | - | (435.233) | (634.592) |
| Custos de operações e manutenção CGH | - | - | (1.837.253) | (1.828.594) |
| Depreciação ativo CGH | - | - | (1.416.406) | (1.664.911) |
| Encargos de uso da rede elétrica | - | - | (1.025.270) | (767.131) |
| | | | (4.714.162) | (4.895.228) |

Os custos operacionais das Controladas estão demonstrados nas rubricas acima.

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS

As despesas administrativas e tributárias estão discriminadas conforme a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Despesas com pessoal | (584.436) | (400.292) | (584.436) | (400.292) |
| Despesas com serviços de terceiros | (643.381) | (490.227) | (643.381) | (490.227) |
| Despesas gerais | (226.471) | (337.584) | (299.492) | (523.055) |
| Despesas tributárias | (2.777) | (8.358) | (31.619) | (25.372) |
| Despesas não dedutíveis | - | (125) | - | (125) |
| | (1.457.065) | (1.236.586) | (1.558.928) | (1.439.071) |

Na rubrica Despesas Gerais estão inclusos os valores de depreciação da Controladora.

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro apurado está detalhado a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|----------------|----------------|------------------|--------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Receitas Financeiras | | | | |
| Rendimento de aplicações financeiras | 83 | 1.110 | 25.686 | 19.509 |
| Varição monetária ativa | - | - | - | 71 |
| Descontos obtidos | - | 3 | 11.942 | 201 |
| (-) Impostos sobre receita financeira | (20) | (268) | (20) | (268) |
| Outras receitas financeiras | - | - | 213 | - |
| | 63 | 845 | 37.821 | 19.513 |
| Despesas Financeiras | | | | |
| Despesas bancárias | (5.011) | (5.103) | (71.868) | (30.201) |
| Juros passivos | (48) | (206) | (714.818) | (1.141.802) |
| Varição monetária passiva | - | - | - | (7.203) |
| IOF, comissões e taxas | (13) | (80) | (97.581) | (19.995) |
| Outros encargos | - | - | - | - |
| | (5.071) | (5.389) | (884.267) | (1.199.201) |
| Resultado financeiro líquido | (5.008) | (4.544) | (846.447) | (1.179.688) |

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Controladora e suas Controladas efetuam a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social com base no regime de Lucro Presumido.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|------------------|--------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ | - | - | (622.603) | (856.938) |
| Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL | - | - | (273.611) | (363.601) |
| | | | (896.213) | (1.220.539) |

22. CONTINGÊNCIAS

O Grupo BRZ está envolvido em ações judiciais, processos administrativos perante tribunais surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, possuem expectativa de perda classificada como possível nos montantes aproximados de R\$ 1.000.000,00, envolvendo a controlada SANTA BÁRBARA ENERGIA S. A.. Nenhuma provisão foi constituída para, se necessário, fazer face ao eventual desfecho desfavorável dos mesmos, tendo em vista a possibilidade de reversão das decisões judiciais proferidas que são objeto de recursos nas instâncias competentes, no entanto a situação financeira do Grupo BRZ, constatada no exercício de 2024, possui recursos financeiros suficientes para fazer face a este eventual pagamento sem comprometer a continuidade de suas operações e negócios.

23. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Empresa e suas controladas possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 25 de janeiro de 2020, as CGH's Faria Lemos e Divino tiveram suas operações paralisadas temporariamente em razão de inundações ocorridas em suas instalações devido às vazões extremas ocorridas no período.

Como consequência, foi acionado o seguro patrimonial com cobertura de danos materiais e lucros cessantes com a seguradora Chubb. Não houve acionamento da seguradora Chubb para cobertura das avarias e danos da CGH Divino causados pela inundação parcial da usina, tendo em vista que o valor total dos reparos foi menor que o valor da franquia contratada.

Ainda em 25 de janeiro de 2020, a CGH Santana, em fase de implantação, teve suas obras paralisadas em razão de inundação ocorrida em suas instalações devido às vazões extremas ocorridas na região de Abre Campo/MG no período.

Em 19 de fevereiro de 2021, as CGH's Faria Lemos e Divino novamente tiveram suas operações paralisadas temporariamente em razão de inundações ocorridas em suas instalações também devido às fortes chuvas ocorridas na região.

A CGH Faria Lemos permaneceu 22 meses em fase de adequação do ativo e de recuperação e reparo das avarias causadas pela inundação total da casa de força. O seguro foi acionado e foram recebidas indenizações a título de danos materiais e lucros cessantes realizadas pela Seguradora Somp, de acordo com a apólice emitida no tocante à recuperação e reparo das avarias. A operação comercial da CGH e consequente apropriação da depreciação de seu ativo retornou a partir de janeiro de 2023.

O prazo de recuperação da CGH Faria Lemos em consequência da inundação de 2021 foi maior que o prazo de recuperação realizado em 2020, pois a Controladora custeou a reavaliação técnica dos projetos originais de quando da implantação do ativo e as intervenções técnicas objetivas nas instalações da casa de força para que o impacto de inundações fosse eliminado.

Na ocorrência do sinistro em 2021 da CGH Divino foram recebidas indenizações de danos materiais e lucros cessantes, considerando as condições da apólice emitida pela seguradora Somp. A operação comercial da CGH e consequente apropriação da depreciação de seu ativo retornou a partir de maio de 2021.

A Controladora, assim como ocorreu para a CGH Faria Lemos, estudou e custeou a reavaliação técnica dos projetos originais da CGH Divino quando da implantação do ativo e as intervenções técnicas objetivas nas instalações da casa de força da CGH para que o impacto de inundações fosse eliminado.

Considerando que foram identificados vícios ocultos nos projetos originais de implantação das CGH's Faria Lemos e Divino, razão das referidas inundações, foram ajustadas ações de indenização por perdas e danos, em desfavor dos responsáveis técnicos pelos projetos e pela construção das CGH's. A ação judicial da Faria Lemos foi distribuída em 20 de julho de 2022 e da Divino em 20 de outubro de 2022.

Os estudos para reavaliação técnica dos projetos originais da CGH Santana e consequentes decisões técnicas e administrativas para custeamento de suas intervenções, serão finalizados no ano de 2024.

Em 6 de janeiro de 2022, a Lei nº 14.300 instituiu o marco legal da Geração Distribuída, mercado de atuação de seis Controladas, alterando alguns aspectos relacionados aos micros e minigeradores com a finalidade de conferir maior segurança jurídica e regulatória para os investimentos em energia renovável. Até a publicação da referida Lei, a Geração Distribuída era regulamentada pela Resolução Normativa nº 482 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As principais mudanças conferidas e que refletem nestas Controladas são:

- Incidência e aplicação gradual e escalonada sobre toda a energia elétrica ativa compensada, de percentuais de componentes tarifárias a partir de 06 de janeiro de 2023 para novos projetos. Para as Controladas (CGH's) que já estão operando, haverá a manutenção do regime atual até 31 de dezembro de 2045;

- Redução do prazo aplicável para alteração e/ou realocação dos percentuais de utilização dos créditos de energia pela distribuidora de 60 para 30 dias;

- Comercialização de excedentes de energia elétrica às distribuidoras por meio de chamadas públicas (até o limite de 10% da carga total);

- Possibilidade de adesão à geração compartilhada de condomínio civil voluntário ou qualquer outra forma de associação, bem como a transferência de titularidade da conta das unidades consumidoras para tais instituições.

Em 28 de outubro de 2022 foi proferida Decisão Arbitral referente ao Procedimento Arbitral nº A-322/21, em trâmite perante a Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil, na qual ficou determinada a invalidade das deliberações tomadas na Reunião Prévia, de 21/12/2020, e na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Controladora, de 22/12/2020, tornando-as sem efeitos e restaurando-se a composição do capital social da companhia anterior a tais deliberações. Tais informações podem ser verificadas a seguir:

De um lado, tendo em vista os fundamentos acima estabelecidos, julga-se PROCEDENTE o pedido de declaração de invalidade das deliberações tomadas na Reunião Prévia da BRZ, de 21/12/2020, e na Assembleia Geral Extraordinária da BRZ, de 22/12/2020, tornando-as sem efeitos e restaurando-se a composição do capital social da companhia anterior a tais deliberações.

Diante disso, a BRZ Energia Participações S.A. apresentou, em 16 de novembro de 2022, Pedido de Esclarecimentos, na qual expôs alguns pontos a serem revistos com relação à sentença arbitral mencionada. No entanto, em 31 de janeiro de 2023, o tribunal arbitral decidiu por rejeitar o pedido. Tal informação pode ser visualizada a seguir:

Por todo o exposto, o Tribunal Arbitral decide, por unanimidade, REJEITAR todos os pedidos da Requerente e dos Requeridos BRZ e Il-VIII para suprir os alegados erros de premissa, dúvidas e omissões.

Nesse sentido, objetivando atender à decisão arbitral, foram realizados os registros contábeis para estor- nar os efeitos das alterações realizadas em decorrência da AGE de 22/12/2020, sendo reconhecido no ativo os valores de correção monetária, individualmente aos acionistas da BRZ Energia Participações S.A. e em contrapartida registrado o valor integralizado no Capital Social.

Face ao exposto, em Assembleia Geral Extraordinária de 31/05/2023 a Administração foi autorizada a propor ações necessárias em defesa dos interesses da Controladora e suas Controladas.

Conforme Decisão Judicial de 14/08/2024, que trata da ilegalidade da Correção Monetária, a BRZ Energia Participações S.A. por meio do processo nº: 5288791-58.2023.8.13.0024, obteve êxito para realizar o estorno da referida correção monetária. Esse ajuste contábil foi realizado no exercício de 2024. Portanto o balanço a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, irá contemplar o ajuste contábil; Consequentemente, as Demonstrações Financeiras de 2024 quando elaboradas, serão apresentadas com o estorno definitivo dos valores oriundos de Correção Monetária.

Alexandre Soares dos Santos

Diretor

Rômulo Alvarenga

Diretor

José Xavier Cunha

Contador CRCMG:020.731/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Srs.

Acionistas e Diretores da

BRZ ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

Belo Horizonte - MG

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRZ ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Controladora" e/ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Controladora pois, devido à relevância dos assuntos descritos na Seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião

a) Em razão das deficiências de controles dos ativos que compõem a rubrica "Imobilizado" das empresas Controladas, que afetam a existência e a totalidade dos saldos da referida rubrica em 31 de dezembro de 2020, e seus reflexos nas demonstrações financeiras do exercício findo naquela data, não nos foi possível opinar sobre o seu saldo. Adicionalmente, a Controladora e Controladas não procederam à análise da recuperabilidade dos ativos, conforme requerido pela Seção 27 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME). Consequentemente, não nos foi possível mensurar os eventuais ajustes necessários no ativo imobilizado, no resultado do exercício e no patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2020.

b) A Administração adotou o método de correção monetária do Capital Social, que teve por consequência a geração de ágio sobre os Investimentos e o próprio aumento do Capital Social. O método de correção monetária não está em conformidade com as práticas contábeis e com a Lei nº 9.249/95, especificamente, em relação à remuneração do capital aportado. A rubrica "Correção Monetária de Capital" monta em R\$3.863.777 em 31 de dezembro de 2020, tendo como contrapartida, no ativo a rubrica partes relacionadas – acionistas na Controladora. Consequentemente, não foi possível mensurar os eventuais ajustes necessários no capital social e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020.

c) Conforme reportado no relatório do auditor antecessor, datado em 05.04.2024 a Controladora possui registrado em suas demonstrações financeiras, saldos a débitos e créditos com partes relacionadas reconhecidos pela Administração no balanço patrimonial, que necessitam ser comprovados por seus acionistas, que montam em R\$1.247.036 e R\$10.928.070 na Controladora e Consolidado, respectivamente, conforme divulgado na nota explicativa nº: 2. c.3. Para esses montantes, não obtivemos evidências que comprovem as transações e aportes dos recursos nas modalidades de integralização de capital, aumento de capital e de adiantamento para futuro aumento de capital, quando da formação do patrimônio líquido das suas Controladas, decorrentes das operações societárias ocorridas em exercícios anteriores. Adicionalmente, não recebemos, até a conclusão de nossos trabalhos, a documentação comprobatória para fundamentar os procedimentos substantivos de auditoria, contendo o detalhamento e a evidência para a rubrica "Conta Corrente Credora Acionista" que monta em R\$1.422.331 registrada no passivo da Controladora. Consequentemente, não nos foi possível mensurar os eventuais ajustes necessários desses montantes e em suas respectivas contrapartidas originais históricas nas rubricas de caixa, imobilizado e adiantamento para futuro aumento de capital, partes relacionadas nas Controladas, e seus efeitos reflexos nas rubricas de investimentos, resultado de equivalência patrimonial e no patrimônio líquido da Controladora, em 31 de dezembro de 2020.

d) O período compreendido entre as datas base das demonstrações financeiras e a do relatório dos auditores, é denominado período subsequente que deve ser considerado como parte da auditoria. Sendo assim, o auditor deve planejar e executar procedimentos para obter evidência de auditoria suficiente e apropriada, de forma que os efeitos sobre os eventos ocorridos nesse período não requeiram ajustes nas demonstrações financeiras e suas correspondentes notas explicativas. Adicionalmente, considerando que o período subsequente é longo, não nos foi possível a realização de tais procedimentos para o período de 1º de janeiro de 2021 a 10 de dezembro de 2024. Consequentemente, não nos foi possível obter evidências de auditoria suficientes, em relação a transações e eventos ocorridos no referido período subsequente.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes ao período e exercício anterior**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 05 de abril de 2024, com abstenção de opinião acerca dos temas existentes entre as letras "a" e "d" do tópico Base para Abstenção de Opinião.

Ênfase**Correção Monetária**

Conforme nota explicativa nº 24 – Eventos Subsequentes, em 06 de dezembro de 2024 tomamos conhecimento da Decisão Judicial de 14/08/2024, que trata da ilegalidade da Correção Monetária do Capital Social. A BRZ Energia Participações S.A., no processo nº: 5288791-58.2023.8.13.0024, obteve êxito para efetuar o estorno da referida correção monetária. Esse ajuste contábil foi realizado no exercício de 2024, portanto as demonstrações financeiras a se encerrarem em 31 de dezembro do mesmo exercício, quando elaboradas, serão apresentadas com o estorno definitivo dos valores oriundos da referida Correção Monetária.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – PME's (NBC TG 1000 R1 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Controladora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Controladora e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Controladora e suas Controladas são aqueles com responsabilidade de supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Controladora de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para Abstenção de Opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

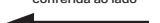
Somos independentes em relação à Controladora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2024.

Mattoso Auditores Independentes
& Associados Ltda.
CRCMG Nº 002.684/OFernando Antonio Lopes Matoso
Contador CRCMG 11.628/O-3

Documento assinado e
certificado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A PUBLICAÇÃO ACIMA FOI ASSINADA E CERTIFICADA DIGITALMENTE NO DIA 13/01/2025



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para
acessar a página de **Publicações Legais** no portal do

Jornal Estado de Minas. Acesse também através do link:

<https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2025/01/Balanco-EM-BRZ-ENERGIA-PARTICIPACOES-S.A.-13-01-2025.pdf>

